



101



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Des. Helena Caúla Reis*

HABEAS CORPUS Nº 212181-5 – BOM CONSELHO (Vara Única).

IMPETRANTE: Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

**PACIENTE: José Ivanildo Correia de Araújo.**

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho.

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

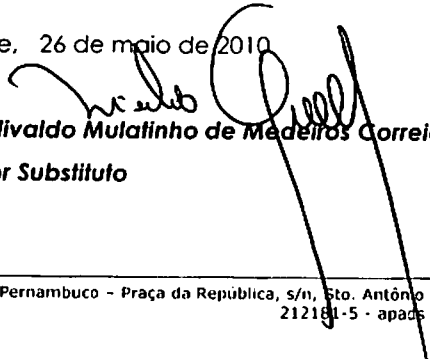
5729

**EMENTA:** Constitucional. Penal. Processual Penal. Habeas Corpus liberatório. Pronúncia. Homicídio qualificado – art. 121, § 2º, inciso I (motivo torpe) e IV (recurso que dificultou a defesa da vítima). Alegada falta de fundamentação da sentença de pronúncia que manteve a custódia provisória do paciente. Inocorrência. Decisão motivada na existência de indícios de autoria e prova da materialidade, aliada ao requisito da garantia da ordem pública, em face da gravidade do delito, bem assim porquanto o paciente, já responde a outro delito pela prática de furto qualificado, demonstrando a sua periculosidade. Configuração no caso em análise, dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, e diante da necessidade de preservação da garantia da ordem pública, a segregação provisória é de ser mantida. Alegação de excesso de prazo. Réu pronunciado. Inteligência da Súmula 21 do STJ. Proximidade da sessão plenária do Júri. Ausência de constrangimento ilegal. Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

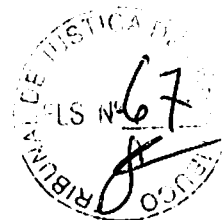
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de habeas corpus nº 212181-5 da Vara Única da Comarca de Bom Conselho, em que figuram, como impetrante, a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco e, como paciente, **José Ivanildo Correia de Araújo**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia 26 de maio de 2010, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo consoante consta do relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 26 de maio de 2010

  
**Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho**  
**Relator Substituto**



102



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Desa. Helena Caúla Reis*

HABEAS CORPUS Nº 212181-5 – BOM CONSELHO (Vara Única).

IMPETRANTE: Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

**PACIENTE: José Ivanildo Correia de Araújo.**

RELATORA: Desa. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho.

PROCURADORADE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

**RELATÓRIO**

Trata-se de pedido de ordem de habeas corpus, com pretensão liminar, manejado pela Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, por intermédio da Dra. Louise Maria Teixeira da Silva, em favor de **José Ivanildo Correia de Araújo**, qualificado às fls. 02 dos autos.

O Juízo da Vara Única da Comarca de Bom Conselho é apontado como autoridade coatora.

Depreende-se dos autos que, o paciente foi preso, e atuado em flagrante, **em 29 de janeiro de 2008 (fls. 15/20)**, sendo, posteriormente, denunciado, sob a acusação da prática do crime tipificado no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal. Concluída a instrução criminal, o douto Magistrado prolatou sentença de pronúncia, em 18 de setembro de 2008, submetendo a julgamento pelo Tribunal do Júri, mantendo a sua custódia provisória **(fls. 32/34)**.

Informa a impetrante ter formulado dois pedidos de relaxamento de prisão, perante a autoridade dita coatora (em 25/08/2008 e 14/10/2009), os quais foram indeferidos.

Salienta, ainda, que seu constituinte é tecnicamente primário e possui endereço e trabalho certos.

Ao final, através do presente *mandamus*, alega a carência de fundamentação da aludida sentença de pronúncia, no que se refere à permanência da medida constritiva. Alega, ainda, o excesso de prazo na prisão do paciente.

Junta ao pedido os documentos de **fls. 07/35**.

O pleito liminar foi indeferido pela Eminentíssima Desa. Helena Caúla Reis **(fls. 42/43)**.

As informações da autoridade apontada como coatora foram prestadas às fls. **50/52**.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho, opinou pela denegação da ordem **(fls. 59/62)**.

É o que importa relatar.



103



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Des. Helena Catla Reis*

---

**VOTO DO RELATOR**

---

Conforme relatado, questiona-se no presente *mandamus* o fundamento da decisão do Exmo. Sr. Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Bom Conselho, que, ao pronunciar **José Ivanildo Correia de Araújo**, como incurso nas penas do artigo 121, § 2º, I e IV, do Código Penal, manteve a sua custódia provisória. Alega-se, ainda, a ocorrência de constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Instada a se manifestar sobre as alegações constantes na inicial, o Magistrado **a quo**, informa, em síntese, que o paciente foi preso em flagrante, em 29 de janeiro de 2008, sendo posteriormente, denunciado (25/02/2008) e pronunciado (18/09/2008), por ter, utilizando-se de uma faca peixeira, desferido um golpe na vítima **José Antônio Paes de Melo**, levando-o à morte.

Quanto ao tráfegar processual, anota que, em face da inércia do defensor constituído e, não tendo o paciente indicado novo patrono, atualmente, o processo, a que responde, encontra-se na Secretaria da Vara, aguardando o pronunciamento da ilustre Defensora Pública, ora impetrante, nos termos do art. 422 do Código de Processo Penal, para, então, ser incluído na próxima pauta do júri, marcada para os meses de julho e agosto deste ano.

No mais, aduz que a decisão de pronúncia já transitou em julgado, e que a arguição de que o paciente é portador de bons antecedentes é despropositada, posto que o mesmo responde ao Processo nº 207.2001.000062-6, pelo delito previsto no art. 155, § 4º, inciso I, do Código Penal.

Diante do que restou esclarecido, as argumentações contidas no *writ* não socorrem ao paciente.

Em primeiro lugar, trata-se de crime hediondo, a exigir do juiz fundamentação para que o réu seja mantido em liberdade.

Por outro lado, a decisão de pronúncia, mantendo a custódia provisória do paciente, acostado por cópia, às fls. 32/34 dos autos, demonstrou, satisfatoriamente, o fato no qual se baseou o Juiz sumariante para o seu convencimento. Naquela peça, o julgador descreve que, há existência de indícios veementes de sua participação na empreitada criminosa, sobretudo corroboradas pelas suas declarações prestadas no interrogatório, onde confessa que matou a vítima por vingança.

A prova da materialidade é, também, incontestável e contra ela nada alegou a impetrante.

Ademais, na espécie, o Juiz impetrado, conhecedor do meio ambiente e próxima dos fatos, sucintamente, baseou-se na gravidade do delito praticado por **José Antônio Paes de Melo**, bem assim no fato de que o mesmo já responde a outro delito na Comarca de Bom Conselho, pela prática de furto qualificado.



104



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete Desa. Helena Costa Reis*

Nesse sentido, ensina o doutrinador Guilherme de Souza Nucci:

"Reiteração na prática criminosa: é motivo suficiente para constituir gravame à ordem pública, justificador da decretação da prisão preventiva. Conferir: TJSP: "A prisão preventiva é justificada quando há reiteração da prática criminosa e a manifesta possibilidade de perseverança no comportamento delituoso demonstram que a ordem pública está em perigo" (HA 348.114-3, Santa Rita do Passa Quatro, 4.º C., rel Hélio de Freitas, 29.5.2001, v. u., JUBI 60/01) (Código de Processo Penal comentado, 7. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008).

Da mesma forma o Supremo Tribunal Federal já se posicionou:

"A garantia da ordem pública, por sua vez, visa, entre outras coisas, a evitar a reiteração delitiva, assim resguardando a sociedade de maiores danos (HC 84658/PE, rel. Min. Joaquim Barbosa, j. 15.2.2005, DJU 3.6.2005, p. 00048).

Pelo exposto, não se constata constrangimento ilegal por falta de fundamentação da decisão que manteve a segregação cautelar do paciente.

Outrossim, nesse mesmo diapasão, impertinente se mostra qualquer aferição acerca de eventual excesso de prazo, posto que, a jurisprudência pátria tem se orientado no sentido de que não há que se reconhecer o excesso de prazo como fator de constrangimento ilegal quando pronunciado o acusado.

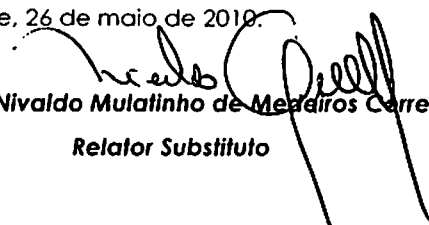
Neste sentido, assim dispõe a Súmula 21, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

**"Pronunciado o réu, fica superada a alegação de constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução".**

Por derradeiro, como se pode constatar dos esclarecimentos prestados, o Juiz sentenciante encontra-se, apenas, no aguardo da manifestação da douta Defensora Pública do paciente, para que a mesma se pronuncie, como dispõe o art. 422 do CPP, para que o feito seja incluído, na próxima pauta do Júri da Comarca de Bom Conselho.

Diante de todo o exposto, voto no sentido de denegar a ordem no presente habeas corpus, em total conformidade com o parecer da Procuradoria geral de Justiça.

Recife, 26 de maio de 2010.

  
**Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Carreia Filho**  
**Relator Substituto**